

## **RIQUEZA E PODERES: MULHERES VIÚVAS NA CONDUÇÃO DE SUAS VIDAS NA SALVADOR OITOCENTISTA**

Silmária Souza Brandão<sup>1</sup>

Ao longo da História as mulheres foram consideradas como desprovidas de poder. No Brasil oitocentista a figura da mulher estava vinculada a estereótipos que remetiam à figura de um ser submisso, emocional e fútil e, que, por isso mesmo, necessitavam do controle masculino a lhes ordenar os passos e as idéias, controlando seu comportamento, sob regras instituídas a partir de uma dinâmica patriarcal e machista. O controle sobre os corpos e conduta das mulheres era um preceito tão usual que se encontrava inscrito e aceito na sociedade, variando o rigor da sua aplicação em razão do tempo, restando alguns traços significativos na figura dominante do homem, que poderia representar o pai, o marido ou o padre.

No grupo das excluídas das instâncias de poder e ainda mais distanciadas do que se poderia imaginar que seria o exercício do poder formal, encontramos as viúvas. As mulheres viúvas constituem exceção configurada na falta do esposo, do provedor e, mesmo, da figura paterna para tutelar os seus atos. Isto não implica que não estivessem atreladas a outros tipos de controle, como códigos morais e canônicos, bem como que estivessem isentas de reproduzir as práticas de dominação e submissão incorporadas ao longo do tempo.

Interessa-nos discutir, neste artigo, o poder exercido por esse grupo heterogêneo, não como já dito, nas instâncias do poder formal, mas em aproximação com o poder tal como definido por FOUCAULT (1988). O poder exercido através de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais, não como algo que se adquira, que se guarde ou deixe escapar. Essa teoria refuta a ideia de que exista uma matriz geral de poder e que este seja exercido de cima para baixo, reforçando a dualidade entre dominador e dominado. O conceito exposto propõe o manejo do termo “poder” como “correlações de força múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições, atravessando o conjunto do corpo social” Foucault (1998, p.104).

---

<sup>1</sup> Graduação em História e mestrado e doutorado (em curso) no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares em Mulher, Gênero e Feminismo - PPGNEIM-UFBA. E-mail: sil.brandao@ig.com.br

Ao situar as relações de poder como “intencionais e não subjetivas”, guiadas por uma “série de miras e objetivos”, Foucault (1988, p.105) observa que não resulta da “escolha ou decisão” de um indivíduo considerado de per si, mas resultante de um conjunto de táticas que se encadeiam e se propagam entre si. Dentre as mulheres comerciantes viúvas, a família é um dos núcleos onde essa correlação múltipla de forças se manifestava. Além de mãe, a mulher viúva exerceu o papel de mantenedora dos filhos e, em alguns casos, ao desempenhar o papel de madrastra via-se solicitada a administrar situações e interesses diversos, fossem estes de ordem afetiva ou financeira.

Entre as viúvas, a presença da família era recorrente, notadamente pela “fragilidade” que apresenta uma mulher, de *per si*, considerada incapaz, infelicitada pela perda do marido, aturdida com questões prementes que envolvem filhos, manutenção da casa, o segmento das atividades negociais do falecido, restando o controle dos varões ligados à família, como pais, cunhados e, até mesmo, filhos mais velhos, numa trama em que submissão e resistência se alternam cotidianamente. A alusão à rede de poderes que funcionam na sociedade e a fazem funcionar a partir de “estratégias anônimas, táticas loquazes”, Foucault (1998, p.105), remete a idéia do não poder entre as mulheres. Por certo, as mães, as viúvas e outras integrantes do universo feminino, souberam se valer dessas estratégias do anonimato e do convencimento na consecução de objetivos de menor complexidade e efeito em seu cotidiano.

Ao pensarmos, de maneira recorrente, apenas nos aspectos de submissão que envolve essas mulheres, incorreremos no erro de ignorar o seu exercício de autonomia em um dos campos em que a opressão se faz bastante presente: a família. Em muitas situações nos deparamos com interesses conflitantes, em que as viúvas se vêem diretamente envolvidas e responsabilizadas, a divisão de bens do espólio entre filhos e enteados das mulheres viúvas e, em alguns casos, o pedido de entrega do quinhão hereditário dos herdeiros que alcançam a maioridade, trazendo desfalques ao patrimônio amealhado, diminuindo o lastro dos bens administrados pela viúva e que geravam renda necessária para manutenção da família.

Ainda no campo das relações de poder, a resistência aparece como elemento inseparável do poder. De acordo com a teoria Foucaultiana estamos necessariamente no poder e a oposição ao seu exercício se impõe onde quer que ele esteja, entretanto, caracterizado por uma multiplicidade de pontos de resistência, disseminados de maneira

irregular no tempo e no espaço. Para Foucault (1998, p. 107) além de variar no tempo e no espaço, os focos de resistência podem provocar “o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento”. A partir dessa afirmativa, é necessária uma reflexão sobre as instâncias de poder em que estiveram inseridas nesse texto.

Os focos de resistência a toda sorte de discursos e estereótipos a elas vinculados, simbolizados na sua inaptidão para a vida pública, para a direção da sua própria vida, condução da família e dos negócios. Na suposta fragilidade feminina, do ponto de vista físico ou intelectual. Aqui e ali, longe de rupturas radicais, se mostram na condução dos seus pontos de comércio, na alteração do ramo de negócios, nos embates ante os juízes e promotores que cobram prestações de contas, cada vez, mais minuciosas, no direito de petição e reivindicação dos bens herdados, na firme decisão de formar academicamente os filhos homens, munindo-os das condições necessárias para seguir na vida adulta, na participação na ciranda financeira que o mercado impõe, do pagamento de dívidas, concessão e obtenção de crédito, na busca do lucro.

Assim, a ação das mulheres é revelada em práticas cotidianas que não resultaram na derrubada de governos ou mesmo em revoluções de grande porte, mas, em marchas e contramarchas, pequenos avanços e conquistas, exercícios simples de autonomia, originados não exclusivamente na própria vontade, mas, por certo, decorrentes da necessidade de sobreviver, criar filhos, ganhar dinheiro, ser e parecer honesta numa sociedade dominada pelos homens e por preceitos masculinos.

Ao abordar o tema do empoderamento, Leon (2000, p.201) refere-se ao que ela denominou “poder invisível”, que consiste, além da “capacidade de decidir sobre o que se decide, também no fato de não tomar decisões, de deixar de fazer algo, não objetar” (tradução livre). No jogo de poder que então se instala, as mulheres, de maneira geral, traçam uma longa teia de relacionamentos em que a alternância do poder é inferida, pois para as comerciantes revelou-se necessária a colaboração de escravos, empregados, fornecedores e sócios para o bom andamento dos negócios. Nascimento (2007, p.192), evidencia um pouco das estratégias femininas para consecução de alguns objetivos:

A mulher, a esposa, a escrava, a cria, já usavam de subterfúgios para atenuar o autoritarismo do esposo, do senhor. A posição da mulher era muito curiosa: disfarçadamente mandava, sem parecer estar mandando, participava da administração dos negócios do marido, sem que este percebesse; a família muitas vezes obedecia a ela, talvez mais do que ao chefe paternalista. Sem

alardes, a mulher usava as armas da insinuação, da perseverança, do trabalho diário e contínuo, da constância dos seus objetivos, que eram as únicas que lhes restavam, já que não era aparentemente voz ativa na família.

Ao analisar as estratégias do controle feminino Rocha-Coutinho (1994, p. 126), afirma que a sociedade tem expectativas de comportamento social diferenciados para homens e mulheres e que estes desenvolvem estratégias diferentes para influenciar e controlar os outros. De acordo com a argumentação da autora, a mulher frequentemente está distanciada da posição de autoridade, sendo que a adoção de estratégias envolvendo agressividade e competitividade por parte das mulheres entraria em choque com os estereótipos de feminilidade esperados para o sexo feminino, podendo gerar reações negativas e rejeição. Uma das estratégias mais importantes referidas para as mulheres seria a influência, como referido a seguir: “Acreditamos que o controle e a influência são, portanto, parte do nosso cotidiano e estão presentes tanto nos pequenos pedidos feitos em família quanto nas grandes decisões no mundo do trabalho e da política”. Rocha-Coutinho (1994, p. 127).

Longe de abandonar a idéia de poder estratificado, instituído na figura do Estado organizado ou de governo, a qual as viúvas e a sociedade como um todo tiveram que conviver e se submeter, optei por relacionar o exercício do poder a alternância, a instabilidade que tais instâncias trazem em si, tendo em vista que “[...] o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles”. Trata-se de captar “o poder em suas extremidades [...], onde ele se torna capilar”, [...] estudar o poder na sua face externa, onde se implanta e produz efeitos reais” Foucault (2005, p.182-183).

Retomando as idéias desenvolvidas pelo filósofo francês, associando o poder e seu exercício ao campo da sexualidade, a inscrição da norma nos corpos e na sexualidade, na enunciação do que é proibido e implicitamente declarando o que era permitido, é possível ponderar que as mulheres de maneira geral estiveram submetidas a essas normas, mas de maneira mais particularizada, as mulheres viúvas estiveram atreladas ao controle da sua moral refletida no comportamento social e ao domínio da sexualidade, vigiada pela sociedade e observada pelo Estado.

Tomando como ponto de partida que as relações sexuais eram admitidas apenas dentro do casamento e que seu fim precípua era a geração de filhos, deduzimos que as mulheres viúvas estavam impedidas de exercer a sua sexualidade livremente, sob pena de incorrer em sanções legais, além de enfrentar o julgamento da sociedade local, tendo

como alvo a sua reputação e dignidade. O jogo de poderes que envolvia as viúvas, limitando o exercício da sua autonomia, econômica, sexual e afetiva data do tempo das ordenações que tutelava as mulheres como incapazes de gerir sozinhas suas vidas e interesses, inábeis para lidar com a possibilidade de um novo casamento ou mesmo de um amante, sem o risco de serem enganadas. Talvez este tenha sido um dos principais fatores que contribuíram para que a grande maioria das mulheres mantivesse o estado de viúvas, conforme podemos ver da citação seguinte:

Não fazia por menos com as viúvas o virtuoso e sábio Rei D. José que afirmava serem para elas ainda mais prejudiciais as “desordens causadas”, se contraíssem segundas núpcias, pois se deixavam levar pelos vadios e cubiçosos, “que não buscam o estado do matrimônio para os santos fins, que a Igreja ensina”, mas sim, para administrarem os bens de suas consortes, dilapidando-os ou usurpando-os, dando sensíveis prejuízos aos órgãos. E assim legislava o Rei que todas as mulheres viúvas que tivessem filhos ou netos e desejassem contrair novas núpcias, que se nomeasse para os sucessores, através da Mesa do Desembargo do Paço, um administrador honesto, e que fossem proibidas as tutorias. Nascimento (2007, p. 220)

É preciso pensar que o controle da sexualidade está inscrito nos discursos que traduzem as exigências do poder, pois que o discurso pode ser ao mesmo tempo, efeito e instrumento do poder, Foucault (2010, p.111), o local onde se inserem as relações e assimetrias de gênero a cujas interdições se submeteram as mulheres. Identificamos que as mulheres comerciantes e, em particular as viúvas, compõem um grupo variado no que se refere a condição social, pois que o tamanho dos negócios desenvolvidos abarca pequenos comércios, como os de armarinhos e lojas de miudezas, até negócios de maior envergadura como trapiches e hotéis.

A classe mais ou menos abastada de cada uma dessas comerciantes é relevante para compreender a sua inserção na sociedade, o seu grau de influência nessa comunidade e, mais, dimensionar sua teia de relações, o volume de seus negócios, a maior ou menor quantidade de empregados ou escravos, a medida de sua autonomia, riqueza ou pobreza. Neste ponto entendo ser necessária uma reflexão sobre a condição feminina, inserida no contexto das relações patriarcais de gênero, envolvida pela divisão sexual do trabalho, atrelada ao espaço da família, designada como responsável pela reprodução, afastadas da cadeia produtiva, do direito de propriedade e consideradas improdutivas. As viúvas comerciantes não estiveram afastadas do sistema de

opressão/dominação vigente, mas as nuances dessa situação apresentam peculiaridades próprias.

Ao avaliar as implicações das mulheres com o poder e a história Michelle Perrot (2006 p.167-184) refere-se às representações do poder das mulheres associada à investigação histórica e antropológica, vinculando a História e a Antropologia aos estudos sobre mulheres e relações de gênero. Segundo Perrot a pesquisa feminista contribuiu para reavaliação do poder das mulheres, procurando mostrar a ação das mulheres e a plenitude de seus papéis, a existência de seus poderes a fim de superar o discurso da opressão revertendo o ponto de vista da dominação. Ao citar diversas obras que abordam os poderes das mulheres, a historiadora alerta que não existe um modelo geral válido para proceder a análise de todos os grupos sociais ou uma apreciação globalizante das sociedades passadas.

No campo da historiografia, a pesquisadora também aponta os perigos decorrentes do esforço dos historiadores de mostrar a presença das mulheres no cotidiano, descrevendo “um mundo de mulheres caracterizado pela sociabilidade e cultura”, o que ela define como “fase de reavaliação eufórica da história das mulheres”, restando reforçada a tese de que o “poder social das mulheres”, apoiado por quem tem a intenção de mantê-lo lá. Conclui Perrot (2006, p.172) que “a análise do poder das mulheres também é um jogo de poder”.

A partir das pesquisas em almanaques, inventários e testamentos, busco reconstruir os passos de algumas comerciantes viúvas na Salvador oitocentista, refletindo sobre o espaço de atuação dessas mulheres. O que distingue essas mulheres de outras tantas, além do seu estado civil, é o fato de serem comerciantes, evento que não representa uma novidade na sociedade brasileira oitocentista, mas revela algumas facetas de um grupo de mulheres, que embora aparentemente subordinadas e submissas às regras sociais, jurídicas e religiosas, se destacaram como chefes de família, mantenedoras da prole a partir do exercício da atividade comercial e de prestação de serviços, num momento histórico onde as relações de gênero, limitam e instituem o lugar das mulheres, sendo o cenário da cidade Salvador, o palco onde se desenrolam as muitas tramas marcadas pelas desigualdades de gênero e pelos jogos de poder. Para ilustrar o que obtivemos durante a pesquisa, nas linhas seguintes passarei a apresentar algumas das

personagens que pela trajetória pessoal representam a contento algumas das considerações aqui referidas.

Começamos por Maria Petronila do Sacramento Rocha (APEB- Seção Judiciária – Inventário- 4-1670-2140-6), cujas notícias nos chegam através do anúncio veiculado no biênio de 1857-1858 no Almanak Administrativo Mercantil e Industrial da Bahia. No anúncio a viúva de Querino Ângelo da Rocha, noticia o comércio de sapatos, numa loja estabelecida numa das ruas “atrás da Sé”. De acordo com Nascimento (2007, p.116), no século XIX, as mudanças na conjuntura da sociedade, ampliaram o tradicional comércio da Freguesia da Conceição da Praia para Sé. No quarteirão 20, entre os números 21 e 23, havia uma loja de calçados, uma tenda de sapateiros, um alfaiate, além de uma loja de charutos e uma segunda loja de calçados. Entre os diversos ramos de atividade, foram catalogadas 13 lojas neste quarteirão, (Nascimento, 2007, p.116), do que podemos inferir que esta comerciante estava inserida neste universo das mudanças que então se processavam em Salvador, na criação de novos espaços para o exercício da atividade comercial, sendo essa área específica para o tipo de comércio que explorava.

A primeira vista Maria Petronila parece ser uma mulher jovem, mãe de uma criança ainda menor. A descrição do filho de Maria como “crioulo”(OLIVEIRA, 1988, p. 11) nos fornece pistas de que provavelmente o casal composto por Querino e Maria fosse negro, não sendo possível saber se era o caso de ex-escravos ou nascidos na condição de libertos. Para Maria Inês Côrtes de Oliveira a condição social e financeira desse casal seria uma exceção, isto porque, o sistema escravista predominante na maior parte do século XIX, propiciou a inércia dos setores mais dinâmicos da economia, em especial das funções intermediárias, submetendo a classe dominante brasileira aos interesses do capitalismo externo. Não era esperado, segundo OLIVEIRA (1988, p.32), que oportunidades de ascensão surgissem para ex-escravos e seus descendentes, quando muitos integrantes das camadas brancas e livres eram desprovidos dessas oportunidades. A regra geral era que o liberto continuasse exercendo as mesmas funções de escravo, destacando-se em melhores condições, aqueles que tiveram oportunidade de profissionalização.

Os bens arrolados, além da loja de sapatos herdada pela viúva, foram uma casa na Rua São Miguel, um imóvel na Rua da Poeira e um escravo de nome Manoel, africano e com profissão de sapateiro, cujo destino foi ser arrematado num leilão. Os imóveis estavam localizados na Freguesia de Santana, ocupada por segmentos médios da sociedade

soteropolitana, como médicos, artistas e pequenos comerciantes. Destacava-se, entretanto, a presença da Igreja do Desterro e do Convento das Clarissas, do Liceu estabelecimento de ensino público, do hospício da Palma, o quartel das Forças Armadas na Mouraria e no Largo da Palma, o Hospital Regimental. Era, portanto, uma área com atividades diversificadas e, com prestação de serviços diversos. (Nascimento, 2007, p.141-143). Embora aparente um estilo de vida modesto Maria Petronila recebeu na partilha dois contos, oitocentos e sessenta mil réis, o estoque da casa comercial avaliado em duzentos e oitenta mil e trezentos réis, além das dívidas ativas dos negócios e dos alugueres da casa da Rua da Poeira avaliadas em setecentos e cinquenta mil réis.

Por certo a morte do marido trouxe, além da perda do companheiro, problemas para se firmar como uma mulher sozinha e mãe. O inventário do seu marido foi presidido pelo Juiz Casemiro de Sena Madureira, um dos mais rigorosos juízes da época, posto que exercesse de maneira intransigente seus poderes de fiscalização nos processos de sucessão de bens e, por um determinado período, presença constante nos inventários trabalhados e cujas exigências e advertências às viúvas eram constantes. Para se tornar tutora de seu filho Moisés, Maria assinou o Termo de Tutoria e pagou fiança, dinheiro que foi cedido por seu pai, Francisco Xavier do Sacramento, residente em Madre de Deus, observando-se uma situação financeira razoável ante a disponibilidade demonstrada na ajuda prestada a filha.

Além de enfrentar a morte do marido, a viúva foi atingida poucos meses depois pela perda do filho pequeno e ao que parece único, Moisés, vítima do “mal de dentição”<sup>2</sup> e que foi sepultado, em 23 de agosto de 1856, no Cemitério do Campo Santo. Deduzimos a delicada situação desta personagem que se viu, em pouco mais de um ano, sem o filho e sem o marido, percebendo-se que embora tivesse condições materiais de se manter, deveria encontrar no pai Francisco, o apoio e solidariedade para enfrentar as adversidades da sua vida.

O pequeno trecho de vida de Maria Petronila nos mostra os vestígios de uma sociedade patriarcal, em que mesmo depois de viúva o pai apareceu como figura de destaque na vida dessa mulher, além da figura do Estado, na vigilância exercida pelo Judiciário, personificado no exigente juiz de direito, Sena Madureira. O inventário é

---

<sup>2</sup> Entre os vários sintomas relacionados ao surgimento da primeira dentição encontramos perda do apetite, alteração do padrão de sono, febre e diarreia, aventando-se a possibilidade da ocorrência do óbito em razão deste último sintoma e seus desdobramentos. Disponível em <http://www.ruadireita.com/saude>. Consulta em 7/01/2013.



incompleto, e, portanto, desconhecida a trajetória de Maria Petronila depois de outubro de 1856, última vez em que há registro de levantamento de dinheiro no inventário. A atividade comercial se manteve, ao menos até 1857, derradeiro ano em que encontrei anúncio da sua loja. Isso não significa que a atividade comercial não tenha prosseguido, embora sem anúncios nos almanaques.

A frequência das mulheres africanas no comércio é confirmada por OLIVEIRA, (1988, p.34), já que a atividade comercial apareceu em primeiro lugar entre as mulheres, seguida pela ocupação na atividade rural. O exercício da ocupação de vendeira, quitandeira e ganhadeira, têm raízes na África, onde o predomínio das mulheres nestes setores era absoluto (SOARES, 2007).

Em 1873 encontramos Maria Constança da Rocha Dias (APEB - Seção Judiciária – Inventário - 5-1565-2034-7), anunciando sua padaria na Rua do Carmo. Ela era viúva de Luiz da Rocha Dias, de quem herdou vinte e seis contos de réis, oito contos em dívidas ativas, dezesseis escravos, sete imóveis entre casas e sobrados na Rua do Pascoal, no Bogari e na Ribeira, além da padaria e de todos os utensílios para seu funcionamento. Essa viúva era mãe de três filhos maiores e avó de oito netos, pelo que entendemos tratar-se de uma mulher na fase madura, cujos filhos já eram adultos plenos, assinalando-se a convivência da viúva com duas gerações distintas no âmbito da família (LINS DE BARROS, 1987). Provavelmente temendo a proximidade da morte, em primeiro de junho de 1878, quase dois anos antes de seu falecimento, fez seu testamento, onde dispôs sobre as missas: três para si, vinte e cinco missas de corpo presente, duas pela alma do marido, uma capela pela alma dos pais, uma pelos irmãos e uma pelos escravos. Em seu testamento Maria Constança libertou seus escravos Caetano Joaquim e Francisco (africanos), Eviston e Jesuíno (pardos), Christina e as filhas desta, Aurélia e Jardilina (crioulas).

A viúva tinha uma prole fecunda e ao que consta parecia muito integrada no seio familiar, pois legou a sua nora um conto de réis. A situação financeira privilegiada e mesmo uma eventual liderança no seio familiar é demonstrada nos empréstimos financeiros que fez aos filhos e que constaram do seu inventário, bem como pela indicação de bens diversos daqueles herdados quando da morte do marido, a exemplo de um imóvel na Rua Carlos Gomes avaliada em um conto de réis e uma casa na Rua dos Perdões, avaliada em quatro contos de réis, o que pode significar que Maria Constança tivesse bens antes de se casar ou que ampliou suas propriedades após a morte do marido.

De acordo com Motta (1998, p.71) é na família que os afetos são mais verdadeiros e significativos, “(...) também porque essas relações são carregadas de ambigüidade, nas suas contradições entre afetividade e poder/dominação, ou entre afetos polares, que podem não ser claros até para os que os vivenciam”. Foi exatamente aí que Maria Constança demonstrou o seu afeto e preocupação com os netos. Seu testamento contemplou quinhões para cada um dos seus netos, em geral, um conto de réis em título da Dívida Pública, com cláusula de inalienabilidade até os vinte e um anos dos herdeiros, momento em que atingiriam a maioridade civil<sup>3</sup>, numa evidente atitude de prevenção e temor com o futuro.

Por certo, a primeira neta que foi lembrada e provavelmente a sua predileta, foi Maria Luisa, para quem deixou além de um conto de réis, um par de argolas com dois brilhantes, avaliado em trezentos mil réis. Para os netos, filhos de seus filhos João da Rocha Dias e de Luiz da Rocha Dias, deixou trezentos mil réis, estabelecendo não se sabe com base em que critérios, exceto a predileção, maiores quinhões para uns do que para outros. Os seus imóveis foram vendidos através de editais publicados nos jornais “O Monitor” (19 de junho de 1881) e Gazeta da Bahia (5 de maio de 1882). Os herdeiros por serem maior de idade, fizeram uma partilha amigável, cabendo a cada um destes onze contos, quinhentos e sete mil réis.

O tempo de viuvez de Maria Constança não foi registrado, posto que o inventário de seu marido encontra-se incompleto, não havendo referência a data da sua morte. Mas se considerarmos que em 1863, a viúva concedeu autorização para o casamento de seu filho João da Rocha Dias, com sua prima Eufrosina Carolina de Moura Requião, confirmando a prática da endogamia na sociedade baiana, e a data da sua morte em 1880, estimamos que a nossa personagem permaneceu viúva ao longo de dezoito anos.

A atividade empresarial de Maria Constança da Rocha Dias já demonstrava certo grau de maturidade e organização, fato comprovado pelos registros de credores e devedores dos insumos utilizados para fabrico do pão, a exemplo da farinha de trigo. Também nos chamou à atenção a condição de empregadora da viúva, tendo em vista o recibo de pagamento de salário a um funcionário da padaria, de nome José Domingos de Santana, datado de 1862 e anexado ao processo. Concluimos que a viúva dona de padaria, não só manteve-se no mercado e a si mesma, como melhorou a condição financeira

---

<sup>3</sup> O Decreto de 31 de outubro de 1831, reduziu a menoridade civil de 25 para 21 anos de idade. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-37648-31-outubro-1831-564741-publicacaooriginal-88677-pl.html>. Consulta em 17/02/2013.

amealhada, conservando o *status* financeiro anterior a morte do marido. Seus filhos herdaram oito contos de réis cada, quando da morte do pai e, herdaram de Maria Constança onze contos e mais a padaria. Quando ficou viúva a comerciante herdou do marido 26 contos e, ao falecer, o montante de seus bens foram avaliados em 49 contos, o que significa dizer que o patrimônio da viúva quase dobrou em relação ao montante que herdou do seu falecido esposo.

O estilo de vida condizente com um padrão elevado sobressai não só pelos imóveis que compuseram o montemor, mas também pelo mobiliário, nichos e imagens, avaliados em duzentos e cinquenta e cinco mil réis. De acordo com VIANNA (1979, p.21) a história de cada família podia ser contada pelas imagens que integravam o quarto dos santos, que funcionava como uma “espécie de oásis de paz, refúgio dos aflitos, conforto dos desgraçados. Parecia que Deus estava mais perto de todos”. As imagens eram colocadas nas paredes com a finalidade de recordar a intercessão ou um milagre ocorrido. “Os nichos descansavam sobre banquetas de pés sólidos, lindamente recobertos por toalhas magníficas” (VIANNA, 1979, p.19). Não sabemos a *causa mortis* de Maria Constança da Rocha Dias e nem mesmo se decorrente de uma doença longa ou breve. O certo é que teve assistência médica no final da vida, havendo referência ao médico Almeida Couto<sup>4</sup> no seu inventário.

Única no ramo que atuava entre as viúvas, encontramos a Viúva Estebenet (APEB - Seção Judiciária – Inventário- 8-3291-7 (1876-1886). ), com uma loja de cutelaria na Rua da Alfândega, nº. 50. Estamos falando de Alexandrina Maria da Rocha Estebenet, que fora casada com João Batista Estebenet e com quem teve sete filhos, nascidos entre 1858 e 1869. Neste inventário, nos chamou à atenção a variedade de mercadorias que denunciam o padrão de consumo da época, já que a loja disponibilizava cafeteiras, manteigueiras, castiçais, bandejas, escovas de dente, pentes, água de colônia, perfumes, cosméticos, saca-rolha, abridor de latas, piteira, charuteira, isqueiro, tesoura e navalha. Também certa especialização em produtos destinados a médicos, dentistas e cirurgiões. A viúva vendia seringas, termômetro, agulha para vacina, estojo de médico, alicate e pinças para dentes e estojo para cirurgia.

---

<sup>4</sup> Médico, nasceu em Salvador em 1833, formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia (1857); foi, por quatro vezes, deputado à Assembléia Provincial. Senador e intendente de Salvador de 1893 a 1895. Integrante do IGHB, era abolicionista. Disponível em <http://medicosilustresdabahia.blogspot.com.br/2011/02/238-jose-luiz-almeida-couto-almeida.html>. Consulta em 7 de janeiro de 2013.

A viúva foi intimada em 1876 pelo Curador Geral para fazer o inventário. Atuou neste processo o advogado Candido César Silva Leão, sendo nomeado o tutor provisório dos filhos de Alexandrina, Eduardo Pires Ramos. No decorrer da pesquisa não encontramos casos de falência, mas a viúva Alexandrina foi surpreendida no curso da atividade comercial enquanto viúva, com o inusitado. A loja foi incendiada em 1876, forçando a comerciante a um novo recomeço. A viúva demonstrou fôlego para recomeçar. Em 01 de julho de 1876, o seguro da loja pagou pelos prejuízos decorrentes do incêndio 2 contos e 900 mil réis. O suficiente para Alexandrina seguir sua atividade, agora em sociedade com Severo Candido do Nascimento Siza. A sociedade tinha como capital social 6 contos de réis e seu prazo de validade fixado entre as partes foi de três anos. A razão social adotada demonstra alguma influência ou preponderância em relação ao outro sócio, pois predominou o seu nome, que figurou, entretanto, como viúva: “Viúva Estebenet e Cia”.

Não podemos precisar com certeza em que momento o sócio de Alexandrina adentrou na sua família, mas em 1877, Severo Candido do Nascimento Siza passou a figurar como tutor dos cunhados, posto que tinha se casado com a única filha de Alexandrina, Leonidia Francisca da Rocha Estebenet. Ao que parece a família foi se integrando nas atividades de comércio. João Estebenet figurou como caixeiro e Affonso Estebenet trabalhou como caixa da loja da família. O filho mais novo Alfredo Estebenet seguiu a profissão de cabeleireiro<sup>5</sup>.

Em razão da presença do tutor como representante dos filhos de Alexandrina, ela não mais se pronunciou no inventário, dificultando nosso acesso a informações do seu paradeiro. A loja continuou sendo anunciada como Viúva Estebenet até o ano de 1898. O inventário do falecido João Batista Estebenet, não relacionou outros bens que não a loja. A análise das informações obtidas dão a idéia de que a vida da viúva, cercada de filhos, compelida a tocar o negócio herdado, surpreendida pelo incêndio do estabelecimento comercial não foi fácil. Por certo, uma dose de sacrifícios foi imposta a esta mulher. O contrato de sociedade estabeleceu a retirada mensal de 50 mil réis e anual de 600 mil réis. Como não encontramos outras fontes de renda informadas no inventário, inferimos a dificuldade de se manter e à família apenas com os ganhos da loja.

---

<sup>5</sup> Aquele que, por ofício, corta ou penteia o cabelo dos outros. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=barbeiro>. Acesso em 28 de janeiro de 2013.

Finalizamos com a viúva Maria Áurea de Oliveira Soares, cujo casamento com José Luis Sobrinho (APEB - Seção Judiciária – Inventário - 5-1466-1935-2) chegou ao fim em 14 de agosto de 1878, em razão de sua morte. O falecido tinha como negócio o ramo de armador e em algum momento da vida, sua situação financeira, esteve em melhor situação do que no momento de sua morte, posto que pai de cinco filhos instituiu através de testamento o que gostaria de legar a cada um deles. Em seu testamento José Luis Sobrinho, que na época contava com 46 anos, declarou estar doente, mas em perfeito juízo. Por temer a morte e ser católico, casado com D. Maria Áurea de Oliveira Soares, declarou não possuir ouro e nem prata, mas 3 propriedades e os itens da sua casa de trastes e armador. Dispôs sobre seu enterro, que deveria ser realizado sem nenhuma pompa, num caixão de chita, levado por 4 carros para os carneiros de Nossa Senhora das Angústias (Flexor, 2005, p.172)<sup>6</sup>. O sufrágio por sua alma deveria ficar a encargo do Padre Olympio, que além das 15 missas pelo inventariante deveria rezar outras 15 em intenção da mãe do subscritor, 1 pelo seu filho João, 5 pela alma do tio José Luis dos Santos Soares e 5 por outras almas.

O testador instituiu a esposa e também o Dr. Horácio Cezar como tutores dos filhos. A viúva Maria Áurea de Oliveira Soares abriu mão do exercício da tutoria em favor de Horácio Cezar e em razão da situação financeira precária, abriu mão da parte que pudesse lhe tocar na meação, ato seguido por um de seus genros identificado por Pedro Marcos. Para sua esposa legou o nicho com todos os ornatos da capela, recomendando que todo ano fosse rezada uma missa a São João, santo de sua devoção. Legou a sua filha Rosa o *toilet*, lavatório e o guarda vestido, lembrando que fizera idêntica doação as suas duas outras filhas quando se casaram.

O testamento foi escrito em 01 de julho de 1878 e entregue ao Escrivão da Freguesia de São Pedro, que descreveu ter encontrado José Luis doente em uma cama na sala, mas em perfeito estado de sanidade mental. Os móveis que guarneciam a residência do casal foram avaliados em pouco mais de 50 mil réis. Os materiais existentes na loja - filó, tafetá, vidrilho, tecidos diversos, capelas, alfinete, galão e asa para anjo-avaliados em 1 conto 625 mil e 400 réis. Uma casa térrea com sótão no Beco dos Calafates, na Conceição da Praia, foi avaliada em 2 contos e 300 mil réis. O mesmo valor atribuído a

---

<sup>6</sup> A imagem de Nossa Senhora das Angústias era venerada no Convento de São Bento da Bahia e tinha as vestes trocadas diariamente pelos integrantes da Ordem que, em procissão a conduziam por volta das 16 ou 17 horas a “certa casa” acompanhada de numerosa massa popular e banda de música. Disponível em [http://www.revistaohun.ufba.br/pdf/Maria\\_Helena.pdf](http://www.revistaohun.ufba.br/pdf/Maria_Helena.pdf). Acesso em 27 de janeiro de 2013.

uma casa contígua. Ambos os imóveis achavam-se hipotecados a Manoel Ferreira Dias dos Santos. Havia ainda outra casa avaliada em 500 mil réis, na Rua do Matadouro que vai para o Matatu, Freguesia de Nossa Senhora de Brotas.

Por pedido da viúva as casas foram levadas a praça, por edital publicado no Diário da Bahia de 1 de outubro de 1878, mas não foram vendidas. Maria Áurea de Oliveira Soares solicitou uma nova avaliação que diminui o preço das casas hipotecadas para 2 mil réis cada e o último imóvel para 350 mil réis. Um novo edital foi publicado no Diário da Bahia de 29 de outubro de 1878. As casas finalmente foram vendidas e o valor entregue ao credor hipotecário. Outros credores se habilitaram cobrando o valor de velas e carretos realizados, além de tecidos vendidos ao falecido; os credores de gêneros alimentícios cobraram as mercadorias fornecidas; a farmácia cobrou pelos remédios que vendeu; e, mesmo o tutor das crianças menores, o Dr. Horácio Cezar apresentou a conta dos honorários médicos, em 2 contos e 800 mil réis.

A essa altura do inventário percebe-se que a situação da viúva não é das melhores. As despesas com o funeral chegaram a 45 mil réis, mas foi preciso adquirir a indumentária do luto para si e para os menores. Maria Áurea comprou um chapéu de feltro preto para menino, chita preta, chinelo e meia. Também 3 pares de argola preta, 1 par de pulseiras, uma dúzia de botões pretos e uma caixa de colchete. Para economizar nos gastos, a viúva realizou conserto numa calça e no colete de menino e encomendou uma calça, um colete e um paletó de menino junto ao alfaiate Bartholomeu da Silva, na Ladeira de Santa Teresa. Também foram juntados recibos do fornecimento de água (FRANCISCO NETO, 2005, p. 55) pela Companhia do Queimado e de gás pela Bahia Gás Company Limited. O montante das dívidas era de 11 contos, 20 mil, 250 réis, contra 7 contos, 539 mil 520 réis do ativo.

O cálculo foi homologado em 5 de setembro de 1878, mas não ocorreu a meação da viúva e nem partilha aos herdeiros. O médico Dr. Horácio Cezar e o proprietário da Farmácia Caldas, Euclides Emilio Pires Caldas, informaram que receberam da viúva os móveis da casa de morada, os materiais de armação e fazendas deixadas na loja, dando quitação da dívida pelo valor de 2 contos, 733 mil, 308 réis. A caminhada da nossa personagem não terminou aqui. Embora seja arriscada qualquer conjectura sobre a situação descrita, de alguma forma Maria Áurea conseguiu se reerguer e continuar a tocar a vida com o que lhe restou. Isto porque era mãe de dois filhos menores quando ficou viúva, um de 7 anos, Horácio José Soares e Rosa de Viterbo Soares, com 10 anos.

Assim, encontramos em 1881 o anúncio da Viúva de José Luis Soares Sobrinho, no ramo de armadores, estabelecida na Rua Carlos Gomes, nº. 19. Esse pequeno trecho da vida de Maria Áurea nos dá a idéia de superação de alguém que a despeito das agruras da vida não se abateu e conseguiu reverter através do trabalho uma situação extremamente desfavorável, demonstrando a disposição para a labuta e a força necessária para cuidar dos filhos, assumindo por inteiro um papel que formalmente não lhe era destinado: de provedora e chefe de família.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O peso representado pela condução da família na vida dessas mulheres é evidente numa sociedade marcada pelo conservadorismo da província baiana no século XIX. O lar, o espaço da reprodução também é o espaço onde se processam as assimetrias de gênero, onde restam subjacente o confinamento, a exploração dessas mulheres e, principalmente a repetição da ideologia de submissão e inferioridade femininas. Ainda assim, é necessário pensar que as viúvas comerciantes, donas de pequenas fábricas, lojas e hotéis, integraram a cadeia da produção, seguiram a lógica capitalista, eram proprietárias, donas do capital (ainda que em pequena escala) e dos meios de produção, eram patroas e proprietárias de escravos, multiplicando a exploração da força de trabalho, numa dinâmica própria do exercício de facetas variadas e muito complexas para se adequarem a um único esquema explicativo.

Cercadas pelas responsabilidades com os pontos comerciais, premidas pela necessidade de gerir escravos, empregados e os bens herdados, entrelaçadas nas teias traçadas todos os dias, por filhos e netos, vigiadas pela sociedade e relegadas à solidão própria da viuvez, assim trilharam mulheres das mais diversas classes, cores e crenças. Tidas como silenciosas e invisíveis numa sociedade patriarcal, longe de qualquer ato heróico, mostraram coragem e determinação para tomar em suas mãos as rédeas da vida e encontraram brechas e espaços para praticar a autonomia e escolher a melhor estratégia para driblar o caminho que o destino lhes traçou.

## REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

\_\_\_\_\_. *História da Sexualidade. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal 2010, volume 1.

LEON, Magdalena. *Empoderamiento: relaciones de las mujeres con o poder*. Estudos Feministas. Vol. 8, n 2, ano 2000, p.191-205.

MOTTA, ALDA BRITO DA, *Reinventando fases: a família do idoso*. In Caderno CRH, Salvador, n 29, p.69-87, 1998.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira do. *Dez freguesias da Cidade do Salvador: aspectos Sociais e Urbanos do Século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2007.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes. *O liberto: o Seu mundo e os outros*. Salvador 1790-1890. São Paulo: Corrupio, 1988.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História. Operários, Mulheres e Camponeses*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006, 4ª ed.

VIANNA, Hildegardes. *A Bahia já foi assim*. São Paulo: GRD; Brasília: INL, 1979.